

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORE : ANA CLÁUDIA ALLET AGUIAR E OUTRO(S) -
S SC006722
FERNANDO ALVES FILGUEIRAS DA SILVA -
SC026054B
AGRAVADO : ELMO EMPRESA LITORÂNEA DE MÃO DE OBRA
LTDA ME
ADVOGADO : ANATOLIO PINHEIRO GUIMARAES FILHO E
OUTRO(S) - SC003631

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO.

1. Inviável a apreciação do agravo interno que deixa de atacar, especificamente e de forma particularizada, o fundamento da decisão agravada, incidindo, na espécie, a Súmula 182/STJ.
2. O percentual fixado a título de honorários recursais mostra-se razoável e adequado (15% sobre o valor já arbitrado), eis que em conformidade com o disposto no art. 85, § 11 do CPC/2015, não merecendo reforma.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator